

SABERES EM MOVIMENTO: AÇÕES COLETIVAS NO ENFRENTAMENTO DOS GRANDES PROJETOS EÓLICOS E OUTRAS RENOVÁVEIS NO NORDESTE¹

Flora Clarissa Cardim Pimentel² (PPGTE/UTFPR; PNCS/PE)

INTRODUÇÃO

Este ensaio apresenta uma síntese de uma pesquisa introdutória sobre a expansão dos parques eólicos no Semiárido do Nordeste, com o foco nos movimentos de resistência a estes grandes empreendimentos. O trabalho em tela reflete uma pesquisa ainda em fase inicial, em busca de definição mais precisa do seu objeto de investigação, que está no momento exploratório tendo em vista que a pesquisadora está no primeiro ano do curso de doutorado.

Diante da retórica da transição energética, cada vez mais presente no âmbito público, e ratificada pelos efeitos das mudanças climáticas, faz-se necessário ouvir a voz das comunidades diretamente afetadas pelas indústrias das energias ditas renováveis. Entre as principais denúncias estão: o desmatamento para a instalação dos aerogeradores e construção de estradas; mortandade de morcegos e pássaros; prejuízos às pequenas criações, diminuição dos ovos, do leite, abortos de animais; alterações do nível hidrostático do lençol freático no processo de instalação da estrutura das torres; impactos sonoros e efeito “estroboscópio” afetando a saúde das pessoas, que já registram aumento de casos de distúrbios do sono, dor de cabeça, zumbido e pressão nos ouvidos, náuseas, tonturas, taquicardia, irritabilidade, problemas de concentração e memória, episódios de pânico com sensação de pulsação interna ou trêmula, que surgem quando acordado ou dormindo.

Como consequência mais extrema, os parques eólicos provocam o deslocamento (expulsão) das pessoas, alteram o modo de vida de populações tradicionais; promovem a expropriação de terras a partir de contratos assimétricos de arrendamento e pagamentos

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho sobre a produção de conhecimentos em situação de conflito, na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, evento realizado entre 23 e 26 de julho de 2024, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, integrante do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/UPE/UFPE) e pesquisadora do núcleo de Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social.

irrisórios dos arrendadores. Além disso, estes últimos, desconhecendo as implicações, perdem seus direitos previdenciários especiais de agricultores e agricultoras uma vez que a assinatura do contrato altera a configuração de sua atividade, que passam ser produtores de energia.

Ao longo do ano 2023 até o mês de abril de 2024, realizei o acompanhamento virtual por meio de notícias, sites e páginas do Instagram dos movimentos sociais, das entidades da sociedade civil e de grupos acadêmicos parceiros das comunidades afetadas pela indústria das energias renováveis. A sistematização das informações divulgadas por estes grupos permitiu conferir o aumento de mobilizações das comunidades tradicionais afetadas pelos parques eólicos. Organizados em movimentos sociais, as populações camponesas e tradicionais têm protagonizado a crítica ao modelo de produção energética nos moldes capitalistas, em larga escala, contestando a retórica tecnocientífica que difundem energia eólica como uma “limpa, renovável e sustentável”.

A seguir será apresentado um breve mapeamento dos movimentos sociais registradas no Semiárido nordestino e uma análise de cinco documentos elaborados pelos coletivos de comunidades afetadas e entidades parceiras, a partir dos quais busquei apreender: a) como os coletivos compreendem a transição energética em curso; b) como se apresentam neste contexto; c) o que defendem; d) sua visão sobre as empresas e o governo; e e) suas propostas de transição energética.

Cumprе ressaltar que aqui serão apresentados os dados de uma pesquisa exploratória, que carece de maior rigor científico e teórico, mas que parece ser oportuno apresentá-los e debatê-los. Nesta pesquisa, os movimentos sociais são compreendidos segundo critérios organizativos diversos, apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica heterogênea, com raízes locais profundas (Hobsbawm, 1994 apud Almeida, 2008).

Por fim, cabe explicitar também que as comunidades tradicionais, suas diferentes formas de organização, suas mobilizações e as articulações em redes são admitidas a partir da categoria de *unidade de mobilização*, desenvolvida pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, para o qual

Este conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios. São estas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais como o Movimento dos

2 Tentativa de mapeamento das resistências aos projetos eólicos no Nordeste

Conforme explicado anteriormente, esta é uma produção ensaística, sendo um estudo parcial e situacional, onde as práticas e mobilizações registradas refletem o momento dos coletivos e o que eles decidem apresentar publicamente em suas redes sociais.

O processo de sistematização³ das mobilizações que ocorrem no Nordeste se deu mediante o conhecimento das denúncias sobre os danos que os parques eólicos promovem às populações camponesas e nos territórios das comunidades tradicionais. O resultado da sistematização será apresentado a partir do quadro, que apresenta as comunidades atingidas, entidades e instituições parceiras. Não buscarei ser exaustiva nas informações a respeito dos movimentos sociais, não é a intenção tratar aqui das origens ou história, mas sim apresentar como se apresentam, se manifestam, as principais formas de intervenção pública, suas principais iniciativas com vista a incidência política e voltadas a provocar o debate público a respeito da produção da energia eólica como tem se dado no Nordeste.

³ Inicialmente, as diversas informações publicizadas nas notícias eram selecionadas e conferidas nos meios de comunicação oficial dos movimentos sociais. Após confirmadas, as informações eram extraídas e organizadas em tabelas, listas e outros esquemas elaborados para identificar: as comunidades afetadas, as entidades parceiras, pesquisadores e núcleos de estudos voltados aos impactos da energia eólica em suas respectivas localidades. Depois de algum tempo, percebi um certo saturamento nas informações. A partir deste momento, passei a acompanhar diretamente os meios de comunicação oficiais dos grupos identificados nesta primeira estratégia com o foco no levantamento das práticas coletivas em caráter de resistência.

Quadro 1: Levantamento preliminar dos Movimentos Sociais e organizações em resistência a projetos eólicos no Nordeste

Movimento Social	Estado *	Comunidades tradicionais	Redes e Entidades parceiras	Núcleos acadêmicos/Universidade	Principais formas de mobilizações/produções do Movimento em 2023/2024
<p>Movimento de Pescadores artesanais</p> <p>Movimentos quilombola-pesqueira do Cumbe</p>	CE	<p>Comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe (Arati, CE)</p> <p>Pescadores artesanais;</p> <p>Povoado de Vila Estevão (Canoa Quebrada, CE)</p>		Observatório das Eólicas - UFC	<p>Lançamento da Campanha Eólicas no mar Não! (dez./2023)</p> <p>Ocupação da Sede do Partido dos Trabalhadores, em Fortaleza (11/dez./2023) em ação conjunta com a:</p> <p>Ocupação na barragem de fronteiras em Crateús (11/dez./2023) – Ocupações articuladas</p> <p>Entrega à Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA) documento “Salvaguardas Socioambientais para Energia Renovável” (mar./2024)</p>
Movimento de camponesas e camponeses	PI	Agricultores familiares da comunidade Serra dos Pereiros			
Movimento de Pescadores/as artesanais	RN	Comunidade pesqueira de Areia Branca (RN)	SAR - Serviço de Assistência Rural e Urbano	SIMIAR - Grupo de Pesquisa Território do Semiárido - CERES-UFRN	Seminário Estadual Vozes dos Territórios por uma Transição Energética Justa e Popular

<p>Movimento de camponesas e camponeses</p>		<p>Agricultores familiares de São Rafael (RN)</p> <p>Agricultores familiares de Açu (RN)</p>	<p>Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Rio Grande do Norte (FETARN).</p> <p>Assessoria Coletivo Cirandas</p> <p>Seridó Vivo</p>	<p>ETAPE - Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal</p>	<p>(out./ 2023). o evento resultou na criação do Movimento de Atingidos por Renováveis (MAR)</p> <p>Seminário Ventos Malditos: energias renováveis e injustiça ambiental no semiárido - I Encontro Territórios do Semiárido (nov./2023)</p> <p>Cartografia Social: achados territoriais intocáveis e impactos negativos das energias renováveis nos territórios do Rio Grande do Norte (fev./2024)</p> <p>ENCONTRO DE FORMAÇÃO Salvaguardas socioambientais de Energias Renováveis em Lagoa Seca, território da Borborema Agroecológica (abr./2024)</p>
<p>Polo Sindical da Borborema</p>	<p>PB</p>	<p>Agricultores e agricultoras da região do Semiárido do Polo da Borborema</p>	<p>Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)</p>	<p>Universidade Federal de Campina Grande (professor de geografia Gustavo Sales</p>	<p>Entrega da Carta “Energia VERDADEIRAMENTE LIMPA para um Semiárido Vivo!” (jan./2023)</p>

			<p>CPT – Comissão Pastoral da Terra</p> <p>Cáritas NE2</p> <p>ASPTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa</p>	<p>Projeto Dom Quixote (pesquisa e extensão) - UFRPE</p>	<p>SEMINÁRIO ESTADUAL ‘Energias Renováveis Ameaçam o Bem Viver e a Convivência com o Semiárido’ (mar./2023)</p> <p>Audiências públicas (out./2023)</p> <p>Encontro de Juristas e advogados da Paraíba para debater o direito de agricultores(as) frente às energias renováveis (out./2023)</p> <p>Oficina Energia Renovável Sim! Mas Não Assim! - XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, na Fundação Progresso. (nov./2023)</p> <p>10ª Feira Agroecológica e Cultural da Juventude Camponesa, no centro do município de Arara-PB (nov./2023)</p> <p>Ato de protesto da Rede de Jovens Viveiristas no com plantio de mudas de plantas nas áreas previstas para a implantação de parques eólicos.</p>
--	--	--	---	--	--

					<p>O ato ocorreu durante o Seminário Estadual para Elaboração do 2º Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (mar./2024)</p> <p>Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Este ano o lema foi: <i>Caatinga em Pé</i>. O evento é realizado pelas Mulheres do Polo da Borborema e a Marcha é a culminância de um processo de formação continuado (mar./2024)</p>
MCP - Movimento Camponês Popular	PE	<p>Camponeses do município de Caetés, das comunidades de: Sobradinho, Lagoinha, Sítio Barroca, Sítio Tanque Novo, Sítio Pau Ferro, Sítio Serrote Preto, Sítio Pontais</p> <p>Quilombolas de Atoleiro e</p>	<p>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo da Madre de Deus</p> <p>Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus</p> <p>FETAPE – Federal dos Trabalhadores</p>	<p>LACC/Núcleo de Pernambuco da Nova Cartografia Social</p> <p>Equipe de Residência em Saúde Coletiva e Agroecologia da UPE</p> <p>Projeto Dom Quixote (pesquisa e extensão) - UFRPE</p>	<p>Lançamento do Documentário Vento Agreste</p> <p>Participação da visita interministerial Mesa de Diálogos: Direitos e Impactos das Energias Renováveis</p> <p>Mesa de Diálogo "Energia Renovável: direitos e impacto (set./2023) – resultou da visita interministerial</p>

		<p>Quilombo Cascavel (Garanhuns).</p>	<p>Rurais Agricultores Familiares de Pernambuco</p> <p>CPT – Comissão Pastoral da Terra</p> <p>Cáritas NE2</p> <p>CIMI – Conselho Indigenista Missionário</p> <p>CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares</p>		<p>I Roda de conversa sobre Energia Renovável em PE e PB (out./2023)</p> <p>Seminário Povos e Comunidades Tradicionais e Projetos de Energia Renovável - Convenção 169 da OIT e o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado”. (nov./2023)</p> <p>Audiência pública “a energia eólica e o ecossistema: impactos e soluções” (dez./2023)</p> <p>Criação e Encontros da Escola dos Ventos (fev./2024)</p> <p>Deputados do Partidos dos Trabalhadores (João Paulo, Rosa Amorim e Doriel Barros) propõem PL que prevê distância mínima das torres eólicas para as residências. (mar./2024)</p> <p>Camponeses ocupam reunião do Grupo de Trabalho de licenciamento de renováveis na</p>
--	--	---------------------------------------	---	--	---

					Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) no Recife (abr./2024)
Movimento das comunidades de Fundo de Pasto SAS - Movimento Salve as Serras	BA	Comunidades de Fundo de Pasto	Instituto Pró-Carnívoros - Programa Amigos da Onça Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) ASPAFF - Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte	Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH/UNEB) GeografAR/UFBA Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB)	Ciclo de Ecosseminários - Transição Energética: debates sobre contratos com empresas eólicas e solares (nov./2023)

<p>Frente por uma nova política energética para o Brasil – Energia para a vida</p> <p>MAR - Movimento dos Atingidos por Renováveis</p> <p>Coalizão dos Atingidos pelas Renováveis dos Territórios do Seridó e Borborema (RN e PB)</p>	<p>ABRANGÊNCIA NO NORDESTE/ NACIONAL</p>	<p>Intervozes - A equipe da pesquisa “Energias Limpas: o que a mídia silencia”</p> <p>Comitê de Energia Renovável do Semiárido (Cersa)</p> <p>Movimento Sem Terra (MST)</p> <p>Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (Fetag)</p> <p>Plano Nordeste Potência</p>	<p>Projeto Nova Cartografia social</p> <p>Instituto ClimaInfo</p> <p>MapBiomias</p>	<p>Lançamento do Manifesto dos Territórios por uma Transição Energética Justa e Popular pelo MAR (dez./2023)</p> <p>Lançamento do documento Salvaguardas para as Renováveis (jan./2023)</p>
--	--	---	---	---

Fonte: produzido pela autora (2024)

*Neste primeiro momento da pesquisa, não foram identificadas comunidades nos estados do Maranhão, de Sergipe nem de Alagoas.

3 A transição energética a partir dos grupos sociais atingidos por projetos eólicos no Nordeste

Como reação à expansão das indústrias de energias eólica e solares, emergem uma multiplicidade de grupos de pessoas afetadas, em geral, populações camponesas e comunidades tradicionais. Tendo em vista o importante o papel que tais comunidades e povos exercem frente ao contexto desenvolvimentista na região do Semiárido, é possível perceber o que afirma a antropóloga Vânia Fialho:

Na atualidade, a etnicidade passa a ser um elemento importante para compreendermos as lógicas locais e seus desdobramentos para a representação do que antes se mostrava como homogêneo, como o espaço rural. (Fialho, 2011, p. 162).

Os projetos eólicos e, no que cabe, os projetos de produção de energia solar, agudizam os conflitos e disputas que permeiam a história do processo de territorialidade de comunidades pesqueiras, quilombolas, quilombolas-pesqueira, indígenas, camponesas e de fundo de pasto no Nordeste.

Com base em Almeida, as comunidades tradicionais podem ser interpretadas como unidades de mobilização dado o seu caráter de incorporar identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização (Almeida, 2008, p. 30). Como um exemplo do que o referido autor nos coloca, temos o Movimentos dos Atingidos por Renováveis (MAR), que consiste na articulação de um conjunto de diferentes movimentos sociais que lutam pela sobrevivência física e cultural dos seus territórios. Neste sentido, vemos a formação de uma rede de solidariedade entre as comunidades a partir de uma condição comum, imposta por projetos de cunho desenvolvimentista e “sustentável”.

Ainda com base em Almeida,

por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas se dá não apenas através das estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situação de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade. (Almeida, 2008, p. 29-30)

A partir da leitura de 05 (cinco) documentos públicos lançados pelos movimentos sociais, por coletivos, por entidade de representação das comunidades tradicionais, entidades da sociedade civil parceira, buscou-se compreender: a) como os grupos definem a sua autoimagem; b) como percebem a responsabilidade dos governos e das empresas;

c) a sua postura enquanto movimento; d) qual a sua leitura acerca da transição energética em curso; e e) quais são as suas demandas e propostas.

Os documentos analisados foram os seguintes:

- *Carta aberta da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA): Energia verdadeiramente limpa para um Semiárido Vivo!*, de março de 2023.
- *Carta aberta da CONTAG sobre os impactos dos empreendimentos de geração de energia renovável no Brasil, com enfoque especial no Nordeste* – publicada pelo Coletivo Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares (CONTAG), composto pelos(as) dirigentes sindicais e assessorias da CONTAG e das Federações filiadas, reunidas para discutir sobre mudanças climáticas e agricultura familiar, em 20 julho de 2023.
- *Manifesto das Vozes dos Territórios por uma transição energética justa e popular*, publicada em 27 de outubro de 2023
- *Carta Política da 15ª Marcha pela vida das Mulheres e da Agroecologia. Caatinga viva, Floresta em pé: Mulheres em defesa da Borborema Agroecológica*, publicada em 15 de março de 2024, no encerramento do evento anual do Coletivo de mulheres da região do Semiárido do Polo da Borborema. Este ano, o encontro aconteceu na cidade de Areial, Paraíba.
- *Carta apresentada pelas Camponesas e Camponeses do Agreste de Pernambuco*, lideranças das comunidades afetadas pelos parques eólicos na região. A Carta foi lida e entregue aos representantes do poder público que estavam presentes na reunião do Grupo de Trabalho sobre licenciamento ambiental no dia 10 de abril de 2024, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em Recife.

3.1 “Nós somos...”: populações camponesas e comunidades tradicionais face aos projetos eólicos no Nordeste

Na autoapresentação, os grupos se afirmam comunidades tradicionais que estão unidas e articuladas. Além disso, registram o reconhecimento da importância de território e do seu trabalho.

Nós somos povos do campo, das florestas, das águas, agricultores(as), povos originários, quilombolas, pescadores(as) tradicionais, extrativistas, caatingueiros, sertanejos, entre outros povos e comunidades tradicionais, pesquisadores(as), representantes de pastorais sociais, fóruns, sindicatos, organizações e movimentos sociais, entidades de ensino e pesquisa, representando uma significativa mostra da expressão das identidades coletivas dos territórios e da diversidade da população brasileira. (Manifesto Vozes, 2024)

Somos *camponesas e camponeses* que vivem há muitas e muitas gerações nesse território, cuidando da terra e produzindo alimentos para que vocês da cidade não morram de fome. *Porque vocês da cidade não plantam*. Temos o nosso jeito de falar, de viver e de entender o mundo. *Somos o que chamam*

comunidades tradicionais. (Carta aberta das camponesas e camponeses do Agreste de PE, 2024)

3.2 O governo e empresas para as comunidades tradicionais

A partir dos documentos, as empresas são, em geral, definidas como agentes antagônicas aos interesses das comunidades tradicionais. Já a imagem do governo é retratada de forma ambivalente, o que corresponde a sua complexidade, apontando, inclusive, as contradições no apoio a projetos com lógicas divergentes para o ambiente do Semiárido. Destaques:

[...] o que temos visto é um caminho oposto a isso, levando a uma impossibilidade de que qualquer outro projeto ou prática de convivência com o Semiárido possa coexistir em meio aos parques eólicos, inclusive o Programa Cisternas, em vias de retomada, reconhecido mundialmente e fundamental para a mudança de vida na região. (ASA, 2023)

[...] A culpa disso tudo é das eólicas. Na verdade, a culpa disso tudo é das empresas e do governo. Nós somos os verdadeiros defensores da natureza. Vocês, governo e empresas, defendem o dinheiro. Mas o dinheiro apenas para vocês. Vocês só entendem de morte. (Carta aberta das camponesas e camponeses do Agreste de PE, 2024)

Temos demonstramos desde 2023, que toda essa construção, resultante da luta social e de significativos investimentos públicos, se encontra ameaçada pela instalação de grandes empreendimentos de energias renováveis. São dois projetos de desenvolvimento diametralmente opostos. Definitivamente, não se produz alimento saudável em territórios em que grandes empresas instalam para a produção de energia, colocando em risco a soberania alimentar e hídrica e a propriedade da terra, e aprofundando as desigualdades sociais. (Manifesto das Vozes dos Territórios, 2024)

3.3 Sobre uma transição energética apontada como possível

Em geral, os movimentos sociais apresentam propostas assentadas em princípios e valores antagônicos ao modelo de produção de energia renovável que está em curso, defendendo uma transição energética definida como: *descentralizada, justa e popular*. Ao buscar compreender a viabilidade e as bases para esta proposta, identificamos a defesa dos seguintes princípios e valores: a participação das comunidades, a paridade entre o saber local e o saber técnico científico e a democratização das informações. Tais prerrogativas estão presentes na maioria dos documentos analisados, vale destacar aqui o trecho: “É hora de reafirmar compromissos por uma transição energética que considere a participação popular com paridade de conhecimentos e informações diante das relações desiguais e dos conflitos de interesses.” (Manifesto das Vozes dos Territórios, 2024).

A partir dos documentos publicizados, temos que os movimentos sociais não se opõem à transição energética, colocam-se a favor, porém compreendem que a atual transição energética em curso configura uma falsa solução para um falso problema, como explicitado no documento da 15ª Marcha:

[...] nós não acreditamos que para um problema tão complexo, a solução seja apenas “tecnológica” e com custo social tão elevado. Para além disso, os números dos investimentos econômicos apontam para a continuidade da expansão do uso de combustíveis fósseis e do agronegócio, a maior fonte de emissão dos gases de efeito estufa do Brasil, que está longe de sofrer qualquer sanção. (15ª Marcha)

Assim, os movimentos sociais apontam que o debate da transição energética perpassa pela necessária discussão sobre o modo de produção material e social do modelo capitalista, e que no Nordeste favorece à continuidade e perpetuação de estruturas colonialistas, tais como o latifúndio e o acirramento da desigualdade social.

Em termos institucionais, podemos destacar três itens da lista de quinze proposta publicada pela Contag, que propõem:

7. Promover o acesso democrático às informações dos empreendimentos por meio de consultas livres, prévias e informadas às comunidades, garantindo a transparência e *participação ativa*, conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT.
8. Estabelecer grupos de discussão e colaboração de órgãos ambientais, a sociedade civil e **pesquisadores(as)**, com o objetivo de aprimorar a legislação e aprofundar os estudos pertinentes, contando com o apoio financeiro do Governo Federal.
9. Estabelecer um **amplo programa federal que incentive a adoção da geração distribuída de energia em pequena e microescala**, promovendo a democratização da geração de eletricidade através de financiamento acessível e simplificado.

Os documentos reforçam a importância dos marcos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os direitos reconhecidos na Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHEASCA. Além disso, o *planejamento territorial inclusivo* e o respeito aos *protocolos de consulta* criados por cada comunidade aparecem de forma mais direta como propostas das comunidades mediante as denúncias elencadas no Manifesto Vozes dos territórios (2023).

Os movimentos apontam a responsabilização do governo e das empresas, bem como a cobrança imediata pela reparação integral dos direitos violados das populações afetadas pelos empreendimentos. Dentre as formas e os sentidos de participação, fica explícito que as comunidades tradicionais buscam pela incidência direta na definição da

política ambiental e energética. Isto se explicita na Carta dos agricultores rurais do Agreste de Pernambuco, que exigem:

a) A suspensão imediata das licenças dos parques Santa Brígida e São Clemente que estão cometendo crime ambiental continuado; b) Que o estado e as empresas assumam as despesas de tratamento de saúde de todas as pessoas adoecidas pelas eólicas; c) A reforma imediata de todas as casas e cisternas rachadas por causa das eólicas; d) A participação e paridade de camponeses na construção da lei das eólicas; e) Reunião com a governadora com a presença do CPRH⁴, da SEMAS⁵, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social. E que o Ministério Público fiscalize essas reuniões. (Carta aberta das camponesas e camponeses do Agreste de PE, 2024)

De forma similar e propositiva, a ASA declara em sua Carta aberta:

Defendemos a geração da energia solar descentralizada, seja nas residências ou unidades de produção no campo e na cidade; em sistemas energéticos complementares, a partir da biomassa (biodigestores, fogões a lenha agroecológicos etc.) e já temos experiências nesse campo, que podem contribuir nessa caminhada rumo à produção da energia limpa. (ASA)

3.4 Outros direitos ameaçados apontados pelas comunidades tradicionais: a soberania alimentar e o direito da Natureza

De forma geral, as comunidades tradicionais denunciam o risco à soberania alimentar como um risco adjunto ao modo como tem se dado a transição energética no Nordeste. “*Projetos de morte*” e “*vocês só entendem de morte*” são expressões da representação dos grandes projetos eólicos para os movimentos sociais, como expressos respectivamente na Carta das lideranças camponesas de Pernambuco e no Manifesto das Vozes dos Territórios.

É possível observar também que a *natureza* é retratada pelos movimentos como um sujeito de direito, como manifestam o coletivo de mulheres da Marcha do Polo da Borborema:

A Caatinga é a nossa Amazônia e iremos defendê-la! [...] A gente também é Caatinga. [...] A Caatinga é uma escola, ela nos ensina todos os dias. A Caatinga é exemplo de resistência, de sabedoria, de saúde [...] Talvez, seja justamente a aprendizagem das adaptações evolutivas e comportamentais dos seres vivos desse bioma na sobrevivência às condições climáticas o maior legado da Caatinga aos efeitos globais das mudanças climáticas.

[...]

⁴ A conhecida CPRH compreende a atual Agência de Estadual de Meio Ambiente, responsável pelo licenciamento e fiscalização de atividades relacionadas à preservação das riquezas hidrográficas do estado de Pernambuco. Como a Agência tem um longo histórico institucional que registra algumas mudanças de nomenclaturas, sendo uma em 2009, estabelecida pela lei nº 13.968, que muda para Agência a antiga Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração de Recursos Hídricos (CPRH), mantendo-se a sigla.

⁵ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco

clamamos por uma transição energética descentralizada, democrática e popular, que incorpore a preservação das nossas terras de produção de alimentos saudáveis, da natureza, o respeito e a defesa do nosso modo de vida. (15ª Marcha).

Diante o exposto, vemos que os movimentos sociais ora apresentados e brevemente analisados em suas manifestações, tratam de politizar o alimento e a natureza. Enquanto símbolos, estes últimos representam valores e expressam a politização da propriedade intelectual dos saberes ditos “tradicionais”, conforme Almeida (2008).

Assim, os gritos de ordem criados e pronunciados pelos movimentos sociais sintetizam e reforçam tais saberes: *Se as pessoas e o meio ambiente estão em risco, estamos todos e todas em risco!* (Manifesto Vozes, 2023); *Ventos para vida! Ventos para a vida!* (Carta Camponeses PE); *Semiárido Vivo, Nenhum Direito a Menos!* (Articulação Semiárido Brasileiro - ASA); *Energia renovável sim, mas não assim!* (15ª Marcha).

Considerações para um ponto de partida

No que diz respeito aos povos e comunidades tradicionais, temos que os mesmos são representantes de um projeto coletivo não hegemônico, que demarca um explícito antagonismo aos grandes projetos, às empresas e ao governo. A organização, a articulação em rede e as mobilizações destas comunidades conferem poder e esperança às comunidades (Scott, 2009).

De outro modo, os projetos hegemônicos também acarretam danos às comunidades camponesas, implicando em demandas normativas específicas que reconheçam os entraves aos seus modos de vida e o comprometimento das práticas espaciais necessárias à sua reprodução.

A exemplo da Carta apresentada pelas lideranças de agricultoras e agricultores das comunidades afetadas no Agreste de Pernambuco, vemos que as pessoas vivem uma condição de limite (principalmente físico e psicológico) na convivência com os parques eólicos: *“Vocês não sabem produzir vida. Vocês só entendem de morte. Outras comunidades se levantarão como hoje estamos nos levantando. E vocês não terão poder sobre nós”*.

De forma explícita, na Carta política da 15ª Marcha pela Vida das Mulheres e da Agroecologia, o coletivo de mulheres se manifesta em relação ao modelo vigente de produção de energias renováveis:

O modelo industrial de geração centralizada de energia renovável é, na verdade, um gerador de energia socialmente suja e ambientalmente insustentável, constituindo uma ameaça à vida e ao trabalho das populações e dos territórios da agricultura familiar e dos povos tradicionais. As indústrias de energia em implantação no Semiárido são uma nova forma de apropriação e controle das terras e dos territórios para acumulação de lucros privados por grandes corporações econômicas internacionais, ao mesmo tempo que geram enormes e irreparáveis custos sociais para as populações. As empresas ocupam as terras, desorganizam as comunidades, cercando os espaços produtivos e de vida, desestruturam completamente o lugar e a paisagem que marcam nossa cultura local. [...]

Na análise dos movimentos sociais acerca dos projetos eólicos e solares, fica evidente a relação de tais projetos com as pautas estruturais historicamente reivindicadas como a reforma agrária, acesso a crédito, energia, segurança alimentar e hídrica, renda mínima e proteção social.

Desta forma, as comunidades tradicionais protagonizam o papel de contestadoras dos projetos de transição energética nos moldes dos grandes projetos capitalistas e questionam a imagem das empresas empreendedoras de “agentes privilegiados do progresso”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a Ed., Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

FIALHO, Vânia. Tensões e dinâmicas territoriais: povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento de Pernambuco. *Raízes (UFPB)*, v. 31, p. 111, 2011. (Dossiê: Povos e comunidades tradicionais).

SCOTT, Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado/ Parry Scott.* – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. *Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco.* In: Zhouri, Andrea (org.) *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.* Brasília, DF: ABA, 2012.